



## UMA ABORDAGEM DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO NA(S) AMAZÔNIA(S) DO SÉCULO XXI: A FRONTEIRA E A ANÁLISE DE UMA COMUNIDADE TRADICIONAL



Nilton Paulo PONCIANO\*  
Eliane Maquiné de AMORIM\*\*

### RESUMO

O objetivo do presente artigo é refletir a respeito da análise acadêmica sobre a Amazônia, adotando-se, como aporte teórico, o conceito de fronteira. A pretensão do texto não é esgotar o assunto, mas apontar algumas implicações, considerando-se a Amazônia na sua pluralidade. Recorre-se, aqui, às discussões protagonizadas por João Pacheco de Oliveira Filho, José de Souza Martins, João Antônio de Paula, entre outros. Procura-se mostrar uma Amazônia em suas diversas dimensões, bem como a análise de uma comunidade ribeirinha do interior do estado do Amazonas, sob uma ótica que avança seu olhar para além de uma epistemologia cartesiana, de maneira a evidenciar aspectos do modo de vida dessa população na perspectiva teórica protagonizada pelos autores referenciados.

Palavras-chave: Amazônia. Fronteira. Comunidade Santa Izabel.

### 1. INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o olhar acadêmico sobre a Amazônia deixou de centrar-se nas análises hegemônicas e passou a valorizar os aspectos múltiplos de suas sociedades, considerando as diversas manifestações da ação humana em sua trajetória. A ampliação de tal olhar pode ser alcançada em alguns trabalhos já realizados que desconstruem a visão centrada na linearidade e na unidimensionalidade, como a obra de Marilene Corrêa da Silva, “*O Paiz do*

\* Doutor em História, linha Religiões e Visões de Mundo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

\*\* Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

*Amazonas*” (2004), na qual discute a formação da sociedade amazônica entre os séculos XVI e XIX, levando em conta três modelos de sociedade que se entrecruzam: a lusitana, a brasileira e a indígena.

Outro exemplo que supera um esquema interpretativo geral de caráter estagnado e uniforme são os trabalhos do antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho. Em seu texto “*O caboclo e o Brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX*” (1979), fica clara a análise sob o prisma da fronteira ao se discutir a produção da borracha nas relações entre o específico e o geral, partindo-se dos estudos etnográficos dos seringais e observando-se o micro sem deixar de dialogar com o macro. Registra João Pacheco que estudar a produção e a comercialização de seringa na Amazônia requer estudar o seringal, segundo duas funções interdependentes: a ocupação de novas terras e a sua subordinação à economia de mercado no processo de colonização da região, especialmente na segunda metade do século XIX e no início do seguinte.

A publicação do livro “*As Amazonas do Século XXI*” (2008), organizado pelos pesquisadores Sérgio Rivero e Frederico G. Jayme Jr., também evidencia estudos que destacam a região como um espaço social heterogêneo. Os autores abordam as diversas estruturas produtivas, os inúmeros atores econômicos, os recursos naturais, suas infraestruturas e seus indicadores sociais em suas dimensões econômicas, demográficas e sociológicas. E, ainda, pensam a dinâmica do desenvolvimento da Amazônia em suas diversas possibilidades. Neste sentido, nota-se que os estudos sobre a Amazônia desenvolveram um enfoque multidimensional e ganharam notoriedade acadêmica, tornando-se tema central nos debates sobre os rumos da Amazônia no século XXI.

Além disso, a discussão sobre a ocupação da Amazônia tem recebido vieses interpretativos de diversas áreas do conhecimento. Desde o olhar literário, com obras de reconhecido *gabarito*, às interpretações econômicas, geográficas, sociais, culturais, históricas, antropológicas etc. Na maioria de tais trabalhos, observa-se uma análise que valoriza a plasticidade histórica desta região pelo viés da pluralidade, sobressaindo-se relações intermitentes entre o capital e o regional,

relações de interdependência de grupos étnicos, apropriação cultural, conflitos linguísticos, entre outros. Contudo, o que se destaca nesses estudos é a peculiaridade da região quanto à sua incorporação pelo sistema econômico capitalista, pois a Amazônia não se transformou, como outras regiões brasileiras, em elemento subsumido pelas relações capitalistas de produção. Isso denota o sentido de a Amazônia ser considerada, ainda, como a última fronteira. Nos dizeres de João Antônio de Paula (2008, p.25):

Ao contrário das outras fronteiras brasileiras que, ao longo do tempo, o capital criou e esgotou integralmente, transformando-as efetivamente em instrumento de acumulação do capital, a Amazônia permanece, em grande medida, ainda um grande e diversificado reservatório de valores de uso, não necessariamente condenados à apropriação capitalista.

É se considerando tal representação da Amazônia que se pode pensar o conceito de fronteira, pois a Amazônia não demonstra a sua incorporação, na íntegra, ao sistema capitalista de exploração, e porque apresenta, também: 1) elementos sociais que caracterizam um cenário de conflitos no limiar entre o que é legal e o que é legítimo, entre o indivíduo e a pessoa, entre as populações indígenas, as populações caboclas e a sociedade nacional; 2) os *locus* nos quais diferentes agrupamentos sociais manifestam suas formas de resistência, de exploração, de violência, de abnegação, de simbiose, de articulação, de desejos e frustrações, de formas de lutas; 3) cenários distintos que estão, inexoravelmente, entremeados, i.é., áreas que não estão inseridas no mercado capitalista e a chegada deste nelas, sociedades que se estabeleceram à margem da economia de mercado e que se relacionam com esta por meio de migalhas, entre cortes e recortes. E, também, porque a fronteira “[...] é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*.” (MARTINS, 2014, p.11).

## 2. DIALOGANDO COM O CONCEITO DE FRONTEIRA ENQUANTO ANÁLISE TEÓRICA DE INVESTIGAÇÃO

Outros pontos poderiam ser trabalhados aqui, contudo, à guisa de introdução, procura-se evidenciar neste artigo que a fronteira deve ser pensada não como uma região específica ou como uma fase de determinada região marcada pela transição de uma relação não capitalista de trabalho para uma relação capitalista. A fronteira deve ser interpretada enquanto uma análise teórica que define proposições na sua forma de investigação. Para tanto, convém lembrar o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho (1979), para quem a fronteira é marcada sob o prisma do movimento, pela presença de diversos atores, pelos usos da terra e pelas formas de trabalho aplicadas a terra.

Pensar uma análise do ponto de vista de fronteira é supor uma complexidade social de tempos diferentes, mas que integram uma única totalidade, pois a fronteira dimensiona os diferentes tempos e ritmos de uma dada realidade. Esta realidade, constituída por uma miríade de realidades, só se integra à análise, ao considerar a articulação existente entre o local e os modelos teóricos que superem os enfoques reducionistas.

Nesse processo de investigação, a realidade local dialoga com os diversos olhares macroanalíticos como o econômico, o político, o ideológico, o cultural, sem privilegiar este ou aquele. Assim, a fronteira, enquanto modelo de investigação, considera o real como uma totalidade composta por partes que apresentam formações com variáveis que vão da aproximação com outras partes às variáveis independentes. Os fenômenos sociais, sob a ótica da fronteira, não apresentam leis monológicas, não apresentam construções hipotéticas *a priori*, i.e., não apresentam, necessariamente, o pioneiro, a terra livre, o trabalho forçado, a propriedade privada etc. como elementos que completam uma paisagem sincronicamente marcada. A natureza da investigação sob o modelo de análise teórica da fronteira possibilita compreender os sistemas sociais a partir de um mergulho nessas realidades, levantando-se compreensões do real conforme os jogos de escala do pesquisador.

A discussão sobre a transformação da terra em propriedade privada é um exemplo, entre outros, do enfoque que a fronteira proporciona enquanto análise teórica. Convém destacar que a observação dessa análise para José de Souza

Martins (1975) centra-se na terra. É a propriedade privada da terra que caracteriza a presença do capitalismo nas áreas de fronteira e não somente as relações de trabalho. Contudo, lembra o sociólogo, não se pode pensar a fronteira na dualidade entre área não capitalista *versus* área capitalista, porém nas relações de produção e nas várias modalidades de implantação da propriedade privada da terra, que são caracterizadas por dois conceitos, frente de expansão<sup>1</sup> e frente pioneira<sup>2</sup>.

A fronteira, sob este *prima*, apresenta, em uma de suas partes, as características sociais de supressão das relações camponesas. Essa supressão ocorre em razão de um excedente populacional originário de fatores diversos, tais como: guerra, expulsão temporária, clima etc.; pela não presença do produtor independente e por determinadas formulações ideológicas (OLIVEIRA FILHO, 1979). A experiência das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), dos anos 1930 e 40, quando Getúlio Vargas organizou sua política de colonização, é um bom exemplo para se perceber o papel do trabalho ideológico no movimento da fronteira, pois as CANS tinham a propaganda veiculada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, órgão da imprensa oficial do Estado Novo.

Esse e outros ritmos e tempos, ao destacar o caráter dialético para a compreensão do real, caracterizam o dinamismo existente na fronteira enquanto análise teórica. E é nesse contexto marcado por uma complexidade de fatores e de possibilidades de investigação que a(s) Amazônia(s) se revela(m) para os pesquisadores no início do século XXI.

Baseando-se nos estudos de João Antônio de Paula (2008) e de Marcílio de Freitas (2010), a Amazônia pode ser vista como uma região que ocupa quase cinquenta por cento do território brasileiro, sendo composta de floresta densa, floresta aberta, cerrado e campos naturais. Ela abriga 12% da população do país,

---

<sup>1</sup> Para Otávio Guilherme Velho, a frente de expansão é formada “[...] dos segmentos extremos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes não exploradas, e apenas ocupadas por sociedades indígenas” (1972, p. 13).

<sup>2</sup> Considera-se frente pioneira a mobilidade espacial que resulta do movimento coletivo de migrantes e da incorporação, pela economia de mercado, de novas terras (MARTINS, 1975).

104 ecossistemas e 224 subsistemas, possui 180 povos indígenas<sup>3</sup>, 357 comunidades remanescentes de quilombos, além de outras comunidades entre ribeirinhos, castanheiros, babaçueiros, seringueiros. Apresenta, também, reserva de minerais como o tântalo, berílio, lítio, céσιο, ferro, cassiterita, bauxita, ouro, cobre, fluorita, turmalina, manganês, zinco; e 20% do estoque de água doce do planeta.

A Amazônia brasileira é formada pelos estados do Amazonas, Pará, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Tocantins. Se considerar a Amazônia legal, que abrange parte dos estados do Maranhão e do Mato Grosso, a região possui:

[...] 58% da área total do Brasil e 40% da América do Sul, que corresponde a 5% da superfície terrestre. Dessa área, cerca de 3,5-4 milhões de km<sup>2</sup> encontram-se com sua cobertura vegetal primária ou sem perturbação antropogênica significativa (FREITAS, 2010, p. 13-4).

A Amazônia também possui o rio com o maior volume de água da Terra, um dos mais altos índices pluviométricos do planeta, uma das maiores fontes mundiais de biomassa renovável. Seguindo-se os dados de Marcílio de Freitas (2010), a região possui potencial para a extração petrolífera, para a indústria químico-farmacológica, para a agricultura e para o extrativismo, para a indústria agroflorestal e pesqueira, para a indústria alimentar, para o uso de fontes energéticas alternativas, para o ecoturismo, para a criação de *commodities* ambiental, para a indústria biotecnológica, entre outras fontes econômicas.

Contudo, neste mesmo universo:

Registros oficiais assinalam um desmatamento de 15% (75 milhões de hectares) da área total da região amazônica, no período de 1970-1990, área maior que o território da França. Os desmatamentos, as queimadas e os usos dos solos nas regiões tropicais são problemas com impactos em âmbito global. A recente proposta de redivisão territorial da Amazônia envolvendo uma área com cobertura vegetal de mais de 100 milhões de hectares, 70 milhões no Estado do Amazonas e mais de 30 milhões de hectares no Estado do Pará e a implantação pelo governo brasileiro de cinco grandes corredores ecológicos, macrorregiões de preservação ecológica na região, delimitados numa área de cerca de 40 milhões de hectares, somente no Estado do Amazonas, são problemas recentes e também de interesse mundial.

<sup>3</sup> Este dado difere das informações apresentadas por Marcílio de Freitas (2010). Para este, entre os nove estados da Amazônia Legal, vivem cerca de 163 povos indígenas e apresentam aproximadamente 204 mil pessoas, ou seja, 60% da população indígena brasileira.

E com uma agravante: a privatização de seus principais ecossistemas, a megagrilagem de extensas faixas territoriais na Amazônia atingem atualmente estimativas na ordem de cem milhões de hectares, sendo 55 milhões no Estado do Amazonas, conforme amplamente divulgado na imprensa brasileira (FREITAS, 2010, p.17).

Ao se ilustrar o sistema de ocupação da Amazônia na atualidade, as informações demonstram, também, o quanto a região está intrinsecamente entrelaçada à história mundial do século XXI, independentemente da natureza de sua abordagem: climática, ambiental, cultural, econômica, sociológica, antropológica etc. Em tal configuração, emergem reflexões plausíveis e necessárias. Aqui, direciona-se a objetiva para a lógica de implantação das políticas educacionais na Amazônia, analisando-se uma comunidade ribeirinha.

### **3. POPULAÇÃO RIBEIRINHA: SINGULARIDADES DE VIDA E DESAFIOS EDUCACIONAIS**

Ao mesmo tempo em que parcela significativa da população do interior do estado do Amazonas vive às margens dos rios e desfrutam as belezas naturais configuradas pela diversidade da fauna e da flora, mantendo íntima interação com o ambiente natural em sua condição sociocultural, grande parte dessa população vive sem perspectiva de atendimento por parte de políticas públicas de desenvolvimento que respeitem e que elevem sua qualidade de vida de modo sustentável e integrado à sociedade, assim:

Frente às crescentes pressões sociais, o Estado brasileiro passou a fomentar uma legislação ambiental permeada de contradições em meados da década de 1980. O Estado, neste mesmo contexto histórico, organizou um sistema de proteção social, que até então era marcado pela filantropia, por ações focalistas, fragmentadas, assistencialistas e descontínuas (ANDRADE & SILVA, 2014, p. 03).

Em contrapartida, as relações sociais que essas populações estabelecem com a natureza as deixam muito vulneráveis, mesmo que a relação familiar e comunitária se baseie na colaboração para a subsistência do grupo. Um exemplo de tal fragilização social provocada pela natureza são os ciclos de cheia e de seca dos rios. Verifica-se que, durante a estação da cheia, período em que a várzea fica alagada, os peixes migram para os igapós (pedaços da floresta invadidos pela água) em busca da abundância de alimento presente nestas áreas e para desovar, o que dificulta a pesca por parte do ribeirinho.

As chuvas excessivas que elevam as águas do rio também comprometem a colheita, principalmente quando o roçado<sup>4</sup> produzido em terras de várzea é inundado, reduzindo a produtividade do trabalho, até mesmo colocando em risco o sustento básico da unidade familiar.

Esta constatação se verifica na vasta literatura sobre o assunto, bem como na pesquisa de campo, ainda em desenvolvimento, aplicada na comunidade ribeirinha Santa Izabel, cuja população é de, aproximadamente, 150 pessoas num total de 21 unidades familiares.

A comunidade de Santa Izabel está situada ao longo de cerca de 40 km das margens esquerda e direita do rio Tupana, que é atravessado pela BR 319, única via de acesso a Careiro Castanho, cidade mais próxima da comunidade, que se localiza a 67 km de distância. O município do Careiro Castanho está ligado por área contínua ao município do Careiro da Várzea/AM.

O rio Tupana fica em torno de uma Unidade de Conservação (UC)<sup>5</sup>, que corresponde à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu, localizada entre os rios Purus e Madeira, única reserva entre 27 unidades de conservação a ser cortada por uma rodovia (BR 319), compondo um polígono de 397.557,32 hectares.

Os moradores da comunidade Santa Izabel, em sua maioria, são descendentes de migrantes nordestinos que chegaram à região no fim dos anos 1870 para trabalhar nos seringais (por causa da expulsão natural de seu lugar de origem: a seca), assim como dos índios Murás, ou Mouras, como são chamados.

Dados da pesquisa revelam, também, que homens e mulheres adultos da comunidade migram para a cidade, geralmente em busca de trabalho remunerado, e que deixam crianças e jovens na fase inicial de escolarização com os idosos. Outro

---

<sup>4</sup> Processo de produção alimentícia, realizado a partir do corte e da queima da vegetação, como parte de uma economia de subsistência das populações ribeirinhas e uma alternativa para a geração de renda. Neste caso, por depender da disponibilidade da força de trabalho do núcleo familiar, crianças e idosos são incluídos no trabalho de plantio.

<sup>5</sup> Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável que abrange: reservas extrativistas, reservas de desenvolvimento sustentável, áreas de proteção ambiental, florestas públicas etc. As UCs são consideradas a principal estratégia de preservação ambiental.



fator do êxodo da comunidade pode ser identificado nos jovens e nos adultos que ensinam concluir seus estudos para o que, obrigatoriamente, migram para a cidade.

Assim, a migração campo-cidade exige o enfrentamento das condições de sobrevivência, o que obriga muitos jovens a abandonarem a escola, uma vez que eles não conseguem custear as despesas com alimentação, moradia etc. Dentro dessa dinâmica, verifica-se a realidade da única escola de ensino fundamental da comunidade Santa Izabel, que não funciona em virtude da ausência de professores e das péssimas condições de infraestrutura, assim como pela inexistência de alojamento, transporte fluvial e posto de saúde.

Diante de tal realidade, pode-se afirmar que o descaso por parte do poder público no atendimento aos serviços básicos à população referenciada é notório. Ademais, a comunidade tomada como referência não conta com energia elétrica, água encanada e serviço de saúde pública, além de transporte público fluvial, uma vez que não há estrada de acesso à comunidade.

Contudo, é no esforço de síntese sobre as condições de vida dessa comunidade que se pretende alinhar interlocuções sobre singularidades que compõem o mosaico da história dos povos tradicionais da(s) Amazônia(s).

Nesta direção, objetiva-se fazer uma breve reflexão sobre os saberes locais e articulá-los com os conteúdos escolares de jovens e de adultos. Para tanto, levantaram-se dados das histórias de vida dos ribeirinhos por meio de entrevistas, registros de imagens e observação direta, de modo a redimensionar as conexões entre os dados levantados sobre as famílias com os elementos culturais da comunidade apreendidos pela transmissão oral e demais registros de imagem e de áudio, além das experiências circunscritas no âmbito do trabalho e da renda (AGUIAR & SILVA, 2004) – processos inerentes ao modo singular de organização social, que devem ser contemplados nos projetos de cursos de formação integral, na elaboração de material didático e nas metodologias de ensino.

Recorrendo-se à observação direta, constatou-se que as populações tradicionais, no caso específico a comunidade Santa Izabel, representam a resistência à ação descontrolada de garimpeiros, madeireiros e grileiros de terra.

Ação fundada na intenção política de resguardar a base da economia familiar das comunidades, o que tem provocado, no âmbito das políticas de Estado, um redimensionamento conceitual sobre conservação e sobre desenvolvimento em território habitado.

Assim, o presente artigo comunga a ideia de que é nesse conflito que a fronteira – enquanto categoria de análise teórica – proporciona abordar a comunidade Santa Izabel como uma realidade singular, uma vez que é em tal universo específico que se identifica a presença de conflitos entre o índio, o ribeirinho, o comerciante, o proprietário de terra, o camponês. Neste viés, percebe-se o conflito como uma manifestação do processo que se configura pelos/nos conflitos de grupos sociais marginalizados historicamente. Como observa Martins:

[...] o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (MARTINS, 1996, p. 03-06).

Desse modo, pode-se dizer que o tempo do ribeirinho é único, mesmo em relação ao pequeno agricultor próspero, não apenas em decorrência dos diferentes estágios de desenvolvimento econômico que coexistem, mas, também, pelas mentalidades e pelos comportamentos construídos em relações sociais que configuram uma cultura distinta a normatizar os padrões sociais os quais, em muito, distanciam-se dos valores modernos.

Portanto, como proposto neste artigo – (re)pensar a educação pela perspectiva da fronteira – impõe-se o desafio de ir além do espaço institucionalizado sem abrir mão da escola como espaço de disputa na luta em defesa dos direitos democráticos, atendendo os fundamentos da educação popular, (re)colocada em pauta no Seminário Perspectivas e Dilemas da Educação Popular<sup>6</sup>, em dezembro de 1982, contando com a participação de vários educadores, tais como: Vanilda Paiva, João Bosco Pinto, Carlos Brandão, Osmar Fávero, entre outros. Todos envolvidos

<sup>6</sup> Ler: CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. O discurso competente e outras falas. Editora Moderna, São Paulo, 1982.

no Movimento de Revalorização da Escola, dos anos 1980, em relação ao qual acredita-se necessitar ser revigorado pela ação reflexiva da docência na perspectiva da prática Crítico-Social.

Nesta linha de raciocínio, o processo educativo deve valorizar a organização política da prática cotidiana nos movimentos sociais, que prima pelo aprendizado de todas as capacidades do ser humano, ou seja, a educação politécnica, unitária e omnilateral (FRIGOTTO, 1995), ao mesmo tempo em que, como projeto alternativo, impõe reflexões sobre as possibilidades e os limites no âmbito do sistema educacional tradicional em que o conhecimento é gerado negligenciando o saber local e as formas cooperativas de trabalho que se acumulam como conteúdo de experiências do vivido.

Assim, a formação escolar de jovens e de adultos, enquanto política educacional, deverá se voltar às demandas das políticas voltadas para as realidades locais, para as microrrealidades, não apenas no que diz respeito ao potencial econômico e ao modo de produção, focada na geração de emprego e de renda; todavia, por ser uma política integrada à formação geral do cidadão-trabalhador.

Diante de tão importante desafio, o estudo voltado para esta parcela da população deve atender o binômio desenvolvimento humano-meio ambiente, tendo, como pressupostos, o diálogo entre o saber científico e a cultura local. Contudo, tamanho desafio é pedra angular para as instituições públicas, pois o maior impacto que sofrem as populações tradicionais decorre da lógica capitalista que permeia as relações sociais, que se expressam nas transformações das relações entre capital e trabalho, na gestão do Estado, nas políticas sociais que excluem socialmente parcela da sociedade, seja pela origem étnica, de gênero ou de classe social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da Amazônia no enleio da fronteira constrói-se por textos seminais como os trabalhos protagonizados por João Pacheco de Oliveira Filho (1979), José de Souza Martins (2014) e João Antônio de Paula (2008), Além de se poder

mencionarem Bhertha Becker, Otávio Guilherme Velho e Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Seguindo suas linhas teóricas, os ilustres pensadores consideraram, ao seu modo, as relações econômicas para se compreender o processo em estudo, trazendo à baila as relações sociais amiúdes, pequenas, “sem história”, da vida na fronteira, superando, assim, uma análise teórica, que Oliveira Filho classifica como “estagnada”.

Este texto pretende que a leitura de fronteira aconteça conceitualmente, como propõe João Oliveira Filho, pois há, neste, uma superação da fronteira enquanto elemento empírico, uma vez que a Amazônia, em suas diversas dimensões, assemelha-se a uma clepsidra que não se reduz a uma análise unilinear, e o alcance de sua realidade parte de uma compreensão da totalidade composta por realidades heterogêneas de tempos históricos múltiplos.

Destarte, tendo em vista os elementos reflexivos destacados, a partir dos quais tempo-espaço se reconfiguram no esforço de análise para apreensão do real, procurou-se analisar um microcosmos da realidade amazônica – comunidade Santa Izabel – na intenção de traduzir a luta pela sobrevivência de povos tradicionais que habitam o interior amazônico. Analisou-se uma comunidade ribeirinha do município do Careiro Castanho/AM, considerando-se o fazer histórico do dia-a-dia como objeto de estudo, na intenção de repensar o compromisso histórico de populações silenciadas pela dominação e pela exploração no processo de constituição da(s) Amazônia(s).

Por derradeiro, a investigação realizada é, também, uma outra possibilidade para o (re)pensar pedagógico que se vincula à proposta de integrar conteúdos da cultura popular e saberes tradicionais aos projetos de intervenção e ao currículo da educação básica, de modo que saberes locais e formas cooperativas de trabalho, que acumulam e que modificam experiências do vivido, constroem consciências coletivas do existir, possam qualificar por meios didáticos e técnico-científicos a prática docente no âmbito da educação.

**AN APPROACH OF INQUIRY IN EDUCATION IN THE AMAZON REGION  
OF THE CENTURY XXI:  
THE FRONTIER AND THE ANALYSIS OF A TRADITIONAL COMMUNITY**

**ABSTRACT**

The aim of the present article is to reflect about an academic analysis of the Amazon region considering the theoretical concept of “frontier land”. Our aim is not to end the discussion, but to point out some implications considering the Amazon in its plurality. Taking advantage of the discussions carried out by João Pacheco de Oliveira Filho, José de Souza Martins, João Antônio de Paula among some other authors, we tried to show an Amazon in its several dimensions as well as in an analysis of a riverbank community in the countryside of the state of Amazonas. All the study conducted in a perspective that looks beyond the Cartesian epistemological point of view in order to highlight several aspects of their way of life according to the authors mentioned above.

Keywords: Amazon. Frontier land. Santa Izabel Community.

**REFERÊNCIAS**

AMAZONAS. Lei n. 3.135 de 05 de junho de 2007. Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, e estabelece outras providências. In: LAVRATTI, Paula; PRESTES, Vanêsa Buzelato (Orgs.). **Direito e mudanças climáticas [recurso eletrônico]: inovações legislativas em matéria de mudanças climáticas**. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010. Disponível em: <[http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo\\_20131201182658\\_5649.pdf](http://www.planetaverde.org/arquivos/biblioteca/arquivo_20131201182658_5649.pdf)> Acesso em: 20 mar. 2014.

ANDRADE, Alba; SILVA, Silvânia. **Políticas públicas e inclusão socioeconômica para moradores de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas**. Trabalho apresentado no I Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia – I SISCultura: interdisciplinaridade, desafios e perspectiva. UFAM, 14 a 17 de outubro de 2014.

FREITAS, Marcílio de. Amazônia: uma sucinta apresentação. In: \_\_\_\_\_; SILVA, Marilene Correa da; BARROS, Marcos. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Valer, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Revista de Sociologia da USP**, Tempo Social: São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX. In: SILVEIRA, E. (Org.). **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PAIVA, Vanilda Pereira (Org.). **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PAULA, João Antônio de. Amazônia: fronteira e acumulação de capital. In: RIVERO, Sérgio; JAYME Jr., Frederico G. (Org.). **As Amazônias do século XXI**. Belém: EDUFPA, 2008.

SILVA, Marilene Corrêa da. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Valer, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.